

O ESTATUTO DO CASO ERGATIVO EM LÍNGUAS JÊ: UMA ABORDAGEM FORMAL

Fábio Bonfim Daurte
Poslin-UFMG

Isadora Maria de Barcelos Silva
Poslin-UFMG

0. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como escopo analisar e discutir o mecanismo da atribuição de Caso aos DPs, que, em certas línguas pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê, aparecem na posição de sujeito sempre acompanhados de uma partícula ergativa, a posposição *tɛ*, conforme mostra o exemplo do timbira Apãniekrá a seguir:

- (2) *rɔpti tɛ hũmre Ø kuran*
onça ERG homem ABS matar
“a onça matou o homem”

[Alves (2002, p. 90)]

Nosso principal objetivo é verificar se, nessas línguas o Caso marcado pela posposição ergativa *tɛ* corresponde a Caso inerente ou a Caso estrutural.

Definir a natureza do Caso ergativo tem sido tema de intenso debate no âmbito da literatura gerativista das últimas décadas. Estudos divergem ao determinar se o Caso ergativo corresponde a Caso inerente ou a Caso estrutural. De acordo com Chomsky (1981; 1986) e Butt (2006), Caso estrutural é uma propriedade estrutural de uma configuração formal, geralmente dissociado de um papel temático. Por sua vez, o Caso inerente se difere do Caso estrutural por ter conexão direta com determinadas posições temáticas, como a posição de argumento externo de verbos de ação e de verbos psicológicos. Acompanhando a intuição de Chomsky (1981;1986) sobre Caso inerente,

Woolford (1997; 2006) assume que o Caso ergativo¹ é tipicamente inerente, sendo licenciado na estrutura de vP em associação com a projeção argumental e com a atribuição de papel temático de agente.

As construções ergativas de certas línguas Jê parecem, no entanto, trazer evidências desafiadoras à análise de Woolford (1997; 2006) no que se refere ao Caso ergativo. A dúvida que desponta é a seguinte: se o Caso ergativo é mesmo Caso inerente como explicar o curioso e inusitado fenômeno dessas línguas em que os sujeitos de verbos de ação podem vir marcados por uma posposição ergativa (*tɛ*)?

O ponto de perplexidade que conduzirá a análise que pretendemos desenvolver neste artigo é exatamente a posposição *tɛ*. Nosso intuito é discutir e procurar entender o mecanismo de atribuição de Caso aos DPs sujeitos que são acompanhados por *tɛ* em orações transitivas (A), quando o sistema ergativo é acionado. Ora, se a partícula *tɛ* é mesmo uma posposição conforme aponta Alves (2002; 2004), qual seria seu papel na valoração do Caso destes argumentos? Mais ainda, se *tɛ* marca Caso ergativo, estaríamos diante de uma posposição atribuidora de Caso estrutural ou a referida partícula apenas reflete a valoração de Caso inerente no âmbito do componente morfológico?

Com vistas a alcançar uma resposta satisfatória a essas indagações recorreremos a algumas línguas do tronco lingüístico Macro-Jê, como o timbira Apãniekrá e Ramkokamekrá, o Apinajé, o Xavante, o Maxacalí e o Krĩkatí, cujos

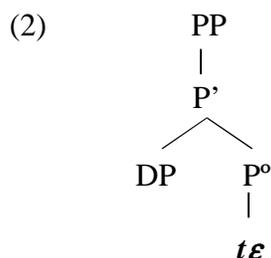
¹ “All Case licensing is technically structural, in the sense that all Case licensing is done by heads in a local structural configuration. While structural Case is licensed on a purely structural basis, nonstructural Case is licensed in connection with θ -marking (Chomsky, 1986).[...] In vP structure, the external argument is licensed in a little/light v projection above the VP proper (Hung, 1988, Chomsky, 1995, Kratzer, 1996). This little/light v head also licenses ergative Case to the external argument following Massam (2002) and Legate (2003), who implement and update the view from Woolford 1997 that ergative is the inherent Case associated with agents.” WOOLFORD, 2006, p. 116.

argumentos externos de verbos de ação podem vir marcados pela partícula *tɛ* em determinados contextos.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: na seção 1 assumimos que *tɛ* é uma posposição e apresentamos as evidências que sustentam nossa hipótese. Na seção 2 discutimos o sistema de valoração do Caso ergativo nas línguas Jê analisadas, examinando, primordialmente, a participação da posposição *tɛ* no fenômeno. Por fim, na seção 3 trataremos do mecanismo utilizado pelas línguas analisadas para valorar o papel temático do argumento complemento de *tɛ*.

1. A PARTÍCULA *Tɛ* COMO POSPOSIÇÃO

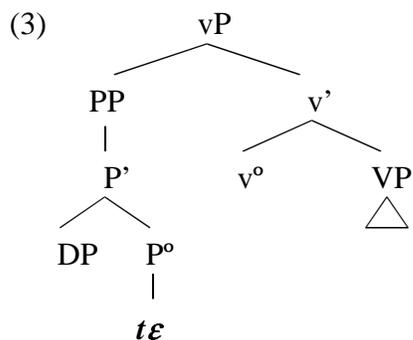
Assumimos que, em línguas do tronco lingüístico Macro-Jê, a marca de Caso ergativo *tɛ*² corresponde a uma **posposição**³, mais precisamente, a uma posposição de natureza funcional, cujo papel é promover a valoração de Caso de argumentos externos de verbos ativos. Segundo essa proposta, a posposição *tɛ* encabeça um núcleo P^o capaz de valorar o Caso do DP que ocupa a posição de seu complemento, conforme demonstra a configuração a seguir:



² Conforme ALVES, 2004, p.86: “posposições são palavras que indicam a função sintática e semântica do SN ao qual ele pertence. Pela co-relação que existe entre a ordem de constituintes e ocorrência das adposições na língua, esses marcadores de caso, como núcleos, ocorrem no final do sintagma posposicional (SP). Os nomes, que podem vir modificados por seus adjuntos, ocorrem na posição inicial do SP. Segundo a autora as principais posposições na língua Apãniekrá são: *tɛ* ergativo; *mã* dativo ou benefactivo; *pe* malefactivo; *tɛ* genitivo; *kot* comitativo, *tɔ* instrumental; *kãm* locativo; *ri* locativo; *pe* locativo; *pĩn* essivo, *wər* direcional (em movimento).

³ BARCELOS SILVA, 2009 e DUARTE; BARCELOS SILVA, 2010, em fase de pré-publicação

De acordo com a proposta acima, o PP encabeçado por essa posposição é juntado na posição de Spec-vP, de modo a atender as propriedades seletivas do núcleo v^o. É o que observamos a seguir:



Evidências de que *tε* é mesmo um núcleo posposicional são obtidas através da análise de dados do Apãniekrá, do Ramkokamekrá, do Apinajé e do Maxacalí. Em Apãniekrá, por exemplo, a partícula *tε*, além de marcar o Caso ergativo, figura também em construções genitivas, como núcleo de um sintagma posposicional, para sinalizar o material com que um item especificado é feito. Vejamos os exemplos a seguir:

- (4) *Karēk tε prírír*
 Argila GEN animal
 ‘animal de argila’
- (5) *Ken tε wakə*
 Pedra GEN faca
 ‘faca de pedra’
- (6) *pur ita i-tōj tε kje*
 Roça DEM 1-irmã GEN POSS
 ‘esta roça é da minha irmã’

[Alves (2004, p. 87 e 155)]

Além disso, verificamos que a marca *tε* apresenta uma concordância pronominal idêntica à das demais posposições dessa língua. Segundo Alves (2004), os pronomes prefixais aparecem em Apãniekrá junto a um núcleo lexical seja ele um nome, um verbo ou uma posposição. Assim sendo, os pronomes prefixais figuram como

possessivos ou sujeitos de predicado nominal, como sujeitos de verbos (intransitivos) no passado simples ou objeto de verbos transitivos e como **objetos de posposições**. A seguir o quadro com a classificação dos pronomes prefixais na língua:

Tabela 1:
Classificação dos pronomes prefixais em Apãniekrá
Fonte: Alves (2004, p. 83)

1 inclusivo dual	pa (?)-
1 inclusivo plural	mẽ=pa (?)
1 singular	i-
1 exclusivo plural	mẽ=i-
2 singular	a-
2 plural	mẽ=a-
3 singular	i(?)-/ h-/ ku-/ Ø
3 plural	mẽ=i(?)-/mẽ=h-/ mẽ=ku-/ mẽ=Ø

Nas orações abaixo podemos observar os pronomes prefixais acima co-ocorrendo com a partícula **tε**:

(7) *mẽ= pa?tε ajpen pupun*
 PL= 1-INCL-ERG RCP ver
 ‘nós nos vimos (eu vi você e você me viu)’

(8) *a-tε kεn kapon*
 2-ERG pedra partir
 ‘você partiu a pedra’

(9) *ku-tε kruw kwĩn*
 3-ERG flecha quebrar
 ‘ele quebrou a flecha’

[Alves (2004, p. 60,70, 71 e 113)]

Em Apinajé verificamos situação semelhante. Nesta língua as marcas do Caso ergativo são as partículas **tε** e **kα**. Segundo Oliveira (2005) tais morfemas introduzem a oração ergativa, que aparece, principalmente, em contextos de subordinação. Uma forte evidência, a favor da hipótese de que **tε** represente um núcleo

posposicional é a ocorrência de prefixos pessoais junto a essa posposição. A seguinte tabela elenca os prefixos pessoais que sempre acompanham as **posposições** em Apinajé:

Tabela 2:
Prefixos pessoais em posposições no Apinajé
Fonte: Oliveira (2005, p. 180)

i(c) -	'1'
a-	'2'
∅ -	'3'
ku-	'3'

Os dados do Apinajé demonstram que a marca ergativa **tɛ** pode co-ocorrer com os mesmos prefixos de 1ª e 2ª pessoas que acompanham as demais posposições. Ademais, em análise à marca ergativa **kɔ**, Oliveira (2005) afirma que o prefixo **ku-** de terceira pessoa pode ter participado do desenvolvimento dessa forma supletiva do ergativo. Segundo a autora, a forma originária de **kɔ** seria **ku-tɛ**; e com a frequência do uso, as vogais envolvidas na forma **ku-tɛ** teriam passado por mudanças fonológicas dando origem à forma monossilábica **kɔ**. Oliveira (2005) estende o mesmo raciocínio para duas outras posposições do Apinajé que também acionam formas supletivas de terceira pessoa – **kəm** e **-kəp**, conforme esquema a seguir:

- (10)
- | | | | |
|-----------|----------|-----|---------|
| *ku-mɛ̃ > | ke-mɛ̃ > | kəm | '3.DAT' |
| *ku-pe > | ke-pe > | kəp | '3.DTR' |
| *ku-tɛ > | kɔ-tɛ > | kɔ | '3.ERG' |

[Oliveira (2005, p. 299)]

Ora, se **tɛ** pode vir com os prefixos pessoais próprios das posposições em Apinajé, há que se concluir que **tɛ**, e conseqüentemente, a forma supletiva de terceira

peessoa *kɔ* possuem ‘status’ de posposições nessa língua. Nos exemplos abaixo, podemos observar os prefixos pessoais e a marca *kɔ* em construções ergativas:

- (11) *ic-te a-bar ket*
 1-ERG 2-understand NEG
 ‘I cannot understand you’
- (12) [*a-te ijn-mə me=kədəčə jn-ōr čwəjn ja*]_{np}
 2-ERG 1-DAT INDF=counterpart RP-give.NF NMLZ.A DEF.ART
na ra ∅ əmduju
 RLS ASP 3 3.bad
 ‘This medication you gave me is already expired’
- (13) *ijn-mə [me karō kɔ i-ijn-irə ja] p-uba*
 1-DAT INDF soul 3.erg 1-RP-watch DEF.ART RP-fear
 ‘I’m afraid that spirits might spook me’
- (14) *ijn-mə [kɔ [ijn-go j-apeə] ja] prəm*
 i-DAT 3.ERG 1-lice RP-search DEF.ART enjoy
 ‘I enjoy her taking out my lice’

[Oliveira (2005, p. 237, 278, 280, 284)]

Outra forte evidência a favor da hipótese de que a marca de Caso ergativo *te* é uma posposição nas línguas Jê é a análise de Campos (2009, p. 253-255) para as construções passivas em Maxacalí. Observemos os seguintes exemplos arrolados pelo autor:

VOZ ATIVA

- (15) a) *Kakxop -te okoat kōyōy*
 [kak^ɾtʃuɣp^ɾ tæʔ ʔoku¹aɣt^ɾ ku¹nũjɲ]
 Menino ERG copo quebrar
 ‘O menino quebrou o copo’

VOZ PASSIVA

- b) *Okoat ũ-kōyōy kakxop -te*
 [oku¹aɣt^ɾ ʔũku¹nũjɲ kak^ɾtʃuɣp^ɾtæʔ]
 Copo ele INAT- quebrar menino ERG
 ‘O copo foi quebrado pelo menino’

VOZ ATIVA

- (16) a) *Āmu'u -te mĩmxux pop-mõg*
[ʔbuu'ʔu 'teʔ mĩx̃m'tʃij poɣp'¹mõŋ]
Vento ERG árvore folha pegar ir PL
'O vento levou as folhas'

VOZ PASSIVA

- b) *Mĩmxux ã- pop-mõg āmu'u -te*
[mĩx̃m'tʃij ʔũ poɣp'¹mõŋ ʔābuu'ʔu 'teʔ]
árvore folha ele INAT pegar ir PL vento ERG
'As folhas foram levadas pelo vento'

[Campos (2009, p. 253-254)]

Campos (2009) afirma que a ocorrência de uma adposição junto a DPs agentes em passivas é recorrente nas línguas, o que leva a crer que a partícula ergativa *te* em Maxacalí se comportaria como uma posposição em (15b) e (16b). Além disso, pesaria a favor da hipótese o fato de *te* poder ser substituído pela posposição *tu* (que significa 'por') nas sentenças passivas, vejamos:

VOZ ATIVA

- (17) a) *‘Ũn -te tutpe mĩy*
[ʔũx̃n 'teʔ tuɣh'peʔ mĩjŋ]
mulher FR ERG rede fazer
'A mulher fez uma rede'

VOZ PASSIVA COM TE

- b) *Tutpe ‘ũ-mĩy ãn -te*
[tuɣh'peʔ ũ¹-mĩjŋ ʔũx̃n 'teʔ]
Rede ele INAT-fazer mulher FR ERG
'A rede foi feita pela mulher'

VOZ PASSIVA COM TU

- c) *Tutpe ‘ũ-mĩy ãn- tu*
[tuɣh'peʔ ũ¹-mĩjŋ ʔũx̃n ' tuʔ]
Rede ele INAT fazer mulher FR por
'A rede foi feita pela mulher'

VOZ ATIVA

- (18) a) *Tappet-mĩy-ax- te tappet kax-ãmix*
[taɣp¹peɣt¹ mĩjn¹aj 'tɛʔ taɣp¹peɣt¹ kajã¹bij]
Papel fazer -NOML ERG papel som rabiscar
'O aluno escreveu/rabiscou (n)o papel'

VOZ PASSIVA COM TE

- b) *Tappet 'ũ-kax-ãmix tappet-mĩy-ax - te*
[taɣp¹peɣt¹ ʔũkajã¹bij taɣp¹peɣt¹ mĩjn¹-aj 'tɛʔ]
Papel ele INAT-rabiscar papel fazer-NOML ERG
'O papel foi escrito/rabiscado pelo aluno'

VOZ PASSIVA COM TU

- c) *Tappet 'ũ-kax-ãmix tappet-mĩy-ax - tu*
[taɣp¹peɣt¹ ʔũkajã¹bij taɣp¹peɣt¹ mĩjn¹aj 'tuʔ]
Papel ele INAT-rabiscar papel fazer-NOML ERG
'O papel foi escrito/rabiscado pelo aluno'

[Campos (2009, p. 254)]

Nas sentenças acima, vemos que *te* é cambiável com a posposição *tu* sem que haja qualquer mudança no sentido da sentença. Em sendo assim, os dados do Maxacalí vêm corroborar a hipótese de que a marca de Caso ergativo *te* é uma posposição em línguas Jê.

2. A VALORAÇÃO DO CASO ERGATIVO

Um dos diagnósticos utilizados por aqueles que consideram o Caso ergativo como Caso inerente é sua ocorrência em construções onde T^o é inerte/não-finito, principalmente em orações encaixadas/nominalizadas⁴. Segundo essa análise, o Caso nominativo está diretamente relacionado à finitude da sentença. Nas construções finitas, o núcleo T^o atua como uma sonda⁵ buscando um DP (alvo) dentro de seu domínio de

⁴ LEGATE, 2006.

⁵ CHOMSKY, 2005

checagem, de modo a poder valorar o Caso nominativo numa relação de c-comando. Em vista disso, assumem alguns teóricos que nas línguas ergativas, nos contextos de sentenças transitivas onde o núcleo T° é defectivo [-finito] e não entra na derivação com Caso a valorar, o argumento externo recebe Caso inerente.

Neste aspecto, certas línguas do tronco Macro-Jê se comportam de maneira bastante interessante. Em análise aos dados de orações transitivas no passado recente em Apãniekrá e de orações subordinadas (nominalizadas) em Apinajé e Xavante, observamos a ocorrência da posposição *tɛ* junto aos argumentos externos nos contextos em que T° é não-finito, e, portanto, inapto a valorar Caso nominativo. Nossa hipótese para tal fenômeno⁶ é a de que o núcleo posposicional *tɛ* deve ser inserido na derivação, como uma operação de último recurso, a fim de valorar o Caso dos argumentos sujeitos, preservando, por conseguinte, o Filtro de Caso, que prediz que todo D/NP estruturalmente realizado deve receber Caso.

A inserção de uma adposição (i.e., uma preposição ou uma posposição), como uma operação de último recurso para permitir valoração de Caso não é um fenômeno raro nas línguas, podendo ser observado, inclusive, no português brasileiro (PB). Tomemos como exemplo as seguintes construções do PB chamadas de causativas não-analíticas e que se caracterizam por denotar dupla-causação:

(19) Luma fez sua fantasia **com** as costureiras da escola de samba

(20) João consertou seu carro **com** mecânico

Nos exemplos acima, vemos que ambas as orações possuem dois argumentos com as propriedades semânticas {desecandeador/controle}: o DP “Luma” e o DP “costureiras da escola de samba”, no exemplo (19), e o DP “João” e o DP “mecânico”, no exemplo (20). Os dados sugerem que, nessas estruturas, embora haja três

⁶ BARCELOS SILVA, 2009 e DUARTE; BARCELOS SILVA, 2010, em fase de pré-publicação

argumentos para receber Caso estrutural, existem apenas dois núcleos disponíveis a valorar Caso abstrato, a saber: o núcleo T^o e o núcleo v^o. Nesse sentido, nossa proposta é a de que, na sentença (19), o argumento “Luma” e na sentença (20) o argumento “João”, que carregam as propriedades semânticas {desencadeador/controle,não-afetado}, recebem Caso nominativo do núcleo T^o e os argumento internos recebem Caso acusativo do núcleo v^o. Como não há mais núcleos funcionais disponíveis para valorar o Caso abstrato do terceiro argumento, representado pelos DPs “costureiras da escola de samba” em (19) e “mecânico” em (20), uma operação de último recurso deve ser acionada para evitar que esse DP fira o Filtro de Caso e fique sem receber Caso. A sintaxe do PB soluciona esse problema por meio da inserção da preposição “com” para valorar o Caso oblíquo do terceiro argumento das sentenças em (19) e (20).

Em análise aos dados de línguas do tronco Macro-Jê, verificamos exatamente o mesmo fenômeno: a posposição *te* deve ser inserida para valorar o Caso dos sujeitos de verbos transitivos (particularmente aqueles que denotam ação) nas construções em que o núcleo T^o é defectivo. Nestas construções, o argumento objeto tem seu Caso absolutivo (acusativo) valorado por v^o, enquanto o argumento sujeito tem seu Caso valorado por *te*.

No sistema ergativo/absolutivo do Apãniekrá, por exemplo, a ausência de partículas de tempo e, especialmente, a alteração da morfologia verbal para a forma não-finita evidenciam que o núcleo T^o se caracteriza como defectivo. Observemos os pares de sentença abaixo:

FORMA FINITA

- (21) a) *wa* *ha* *tf-war*
 1 IRR PR-banhar
 ‘eu vou banhar’

FORMA NÃO-FINITA

- b) *i-tf-wər*
1-PR-banhar
'eu banhei' (passado simples)

FORMA FINITA

- (22) a) *wa ha apɜ*
1 IRR comer
'eu vou comer'

FORMA NÃO-FINITA

- b) *h-ɜpɜn*
3-comer
'ele comeu' (passado simples)

FORMA FINITA

- (23) a) *pe rɔp i-tʃa*
PD cachorro 1-morder
'o cachorro me mordeu' (quando eu era pequena – passado distante)

FORMA NÃO-FINITA

- b) *rɔp tɛ i-tʃar*
Cachorro ERG 1-morder
'o cachorro me mordeu (há pouco tempo – passado simples)

[Alves (2004, p. 65 a 68)]

Em análise às construções finitas e não-finitas acima, notamos, além da alteração no que tange à morfologia verbal, diferenças no que diz respeito à escolha dos pronomes sujeitos e à presença/ausência de partículas que denotam aspecto ou tempo. Destarte, concluímos que, em Apãniekrá, o exemplo (22a) corresponde à uma sentença finita não apenas pela morfologia verbal, mas pela escolha do sujeito - um pronome de forma livre, relativo à forma nominativa da primeira pessoa do singular - e também pela presença da partícula aspectual *ha*. Em (22b), no entanto, verificamos que o sujeito é

um pronome de forma presa, característico dos objetos (forma acusativa) no tempo não-passado, e dos sujeitos de intransitivo no tempo passado simples, inexistindo qualquer partícula indicativa de aspecto ou tempo. Nossa proposta é que nas construções não-finitas como (22b) o núcleo v° valora o Caso do sujeito uma vez que o núcleo T° é não-finito, e, portanto, inapto a valorar Caso nominativo.

Em exame à construção transitiva em (23a) verificamos que, além da forma verbal, a presença da partícula de tempo *pe* deixa bastante evidente que se trata de uma construção finita. Em sendo assim, T° encontra-se ativado e apto a valorar o Caso nominativo do sujeito *rɔp*. O objeto, representado pela forma pronominal presa *-i*, recebe, por sua vez, Caso acusativo do núcleo v°. Em análise à construção não-finita em (23b), observamos que núcleo v° descarrega o Caso acusativo no objeto *-i*, contudo, sendo T° defectivo, uma operação de último recurso deve ocorrer para valorar o Caso do argumento sujeito *rɔp*. Em obediência, pois, ao Filtro de Caso, a posposição *tɛ* é inserida encliticamente ao sujeito *rɔp*.

Em Xavante e Apinajé verificamos que o Caso nominativo não é licenciado a sujeitos de verbos transitivos em orações nominalizadas. Neste contexto, ao revés, emerge o Caso ergativo. Vejamos os exemplos.

XAVANTE

- (24) *ʔwa te ʔ-bãdzã-rĩ tsi ʔõdõ hã*
 1 ERG 3-fazer-NZR cesto ENF
 “Foi feito por nós dois, o cesto”.

[McLeod e Mitchell (1977, p. 160)]

APINAJÉ

- (25) *ij-mə [relat kət ij-go j-apeə ja] prəm*
 I-DAT 3-ERG my-lice ACC-search DEF-art enjoy
 “I enjoy her taking out my lice”

- (26) *na pa ra [ic-tɛ bi ja ta] katfïw*

RLS I ASP I-ERG man DEF hit-NF about to
“I am about to hit this guy”.

[Oliveira, (2002, p. 280-290)]

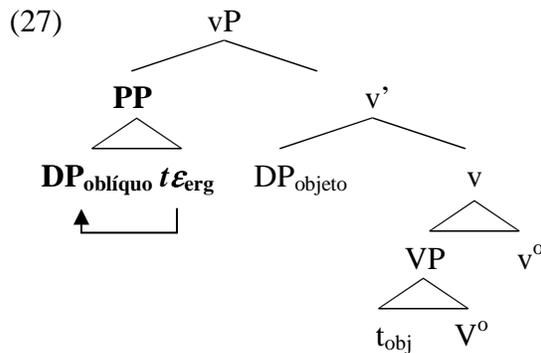
Os dados do Xavante e do Apinajé são bastante interessantes, porque demonstram que o surgimento do Caso ergativo está diretamente conectado ao fato de as orações nominalizadas serem um tipo de “big DP”, em que o núcleo T^o não está apto a valorar o Caso nominativo. Nossa hipótese fica ainda mais evidente, porque, nessas construções, não se constata a presença de morfemas das referidas línguas que costumam ocorrer no domínio C/TP, como a partícula de aspecto *ra* que aparece na oração principal do exemplo (26).

Os dados do Xavante e Apinajé, portanto, corroboram a análise até aqui desenvolvida e demonstram o acionamento da posposição *te* quando o núcleo T^o é defectivo.

Tomando por base os dados examinados até aqui, proporemos que o Caso ergativo nas línguas Jê analisadas não será inerentemente atribuído conforme prediz Woolford (1997, 2006), mas corresponde a Caso estruturalmente valorado pela posposição *te*. Dessa maneira, o que a literatura sobre ergatividade em línguas Jê denomina como sendo Caso ergativo corresponde, ao final das contas, a Caso oblíquo valorado estruturalmente por uma posposição funcional. Dessa maneira, em contextos de sentenças transitivas no passado recente, como se dá no Apãniekrá e em orações subordinadas não-finitas como no Xavante e Apinajé, entendemos que o núcleo T^o é defectivo, sendo, portanto, inapto a buscar um DP alvo para valorar Caso nominativo.

Em vista dos dados das línguas Jê examinadas, propomos que, um núcleo posposicional deve ser introduzido na derivação para permitir a valoração do Caso dos argumentos externos dos verbos de ação. Isso significa que o DP agente, possível

candidato a receber o Caso nominativo, receberá, na verdade, Caso estrutural da posposição *tε*. Esse Caso equivale ao Caso oblíquo, conforme mostra a configuração sintática a seguir:



Em suma, a partir do que foi postulado, assumiremos que Caso ergativo em línguas Jê não será exatamente Caso inerente. Ao contrário, corresponderá a Caso oblíquo, valorado estruturalmente numa relação de irmandade e de localidade entre a posposição *tε* e o DP que ocupa a posição de sujeito da sentença transitiva.

Nossa hipótese, portanto, é que o Caso Ergativo nas línguas Jê analisadas equivale a Caso oblíquo valorado pela posposição *tε*.

Resta-nos, porém, analisar como fica a atribuição de papel temático aos argumentos complementos da *tε*. A próxima seção busca detalhar nossa proposta a esse respeito.

3. O MECANISMO DE ATRIBUIÇÃO DE PAPEL TEMÁTICO AO ARGUMENTO COMPLEMENTO DE *Tε*

A questão que se coloca é saber exatamente se a posposição *tε* contribui ou não para a atribuição do papel temático dos DPs com os quais co-ocorre. Para tanto, tomemos como exemplo a seguinte oração do Apãniekrá:

- (28) *kuk^h εn tε ampɔfo ∅ k^h rεr*
 Cotia ERG fruta ABS comer
 “a cotia comeu a fruta”

Observamos que a posição de sujeito nesta oração é ocupada pelo PP *kuk^h en tɛ*. Contudo, apesar de este sintagma ser o complemento da posposição *tɛ*, o papel temático não será por ela atribuído. Em análise à sentença verificamos que o DP *kuk^h en* é o agente da ação denotada pelo verbo comer *k^hrɛr*, apresentando as propriedades semânticas {desencadeador/controle/não-afetado}. Assumiremos que o DP *kuk^h en* é, por conseguinte, um argumento acarretado semanticamente pelo verbo *k^hrɛr* “comer”, fazendo parte de sua estrutura argumental, e não da estrutura argumental da posposição *tɛ*, visto ser esta posposição um núcleo de caráter funcional engatilhada nesses contextos para valorar o Caso do argumento externo.

Acompanhado proposta de Cançado (2009, p. 13), admitiremos que:

os argumentos de um predicador, no caso mais específico, de um verbo, são todas as informações de sentido, ou propriedades semânticas, acarretadas lexicalmente por esse verbo para que seu sentido se sature.

Verificamos que, em termos de estrutura argumental, as orações transitivas de ação acarretam lexicalmente um argumento agente, ou melhor, um argumento desencadeador com controle, que realiza a ação denotada pelo verbo. No caso do Apãniekra, vimos que este argumento será sempre seguido pela posposição *tɛ*.

Em vista disso, apesar de o argumento desencadeador com controle se situar na posição de complemento da posposição *tɛ*, núcleo do PP selecionado pela estrutura vP, tal argumento, na verdade, **não** é acarretado semanticamente pela posposição, mas sim pelo verbo.

Cançado (2009, p. 19) analisando argumentos preposicionados em posição de adjunção, mas que são acarretados semanticamente pelo verbo no PB, postula que:

[...]se [...] o complemento da preposição for um argumento do verbo, a preposição que encabeça esse argumento só tem a função sintática de atribuir caso, ou seja, é uma preposição funcional.

A autora ilustra sua hipótese considerando os argumentos do verbo vender, conforme exemplo a seguir:

(29) Os rapazes vendem um carro **para Maria por cem mil reais**.

Segundo Cançado (2009, p. 19), os papéis temáticos de “Maria” como um alvo e de “cem mil reais” como valor do objeto envolvido no processo fazem parte da estrutura argumental do verbo vender. Assim, as preposições que encabeçam este argumento seriam funcionais, não atribuidoras, pois, de papel temático, sendo inseridas na estrutura sintática apenas para permitir a valoração de Caso desses argumentos, já que não há outro núcleo disponível para valorar seu Caso.

Contribui, ainda, com nossa hipótese os estudos de Hale & Keyser (2002) ao examinarem o processo de *conflation*. Os autores salientam que existem evidências de que algumas preposições (ou mesmo a categoria como um todo) ocupam uma posição especial entre os itens lexicais. Eles entendem que as preposições não possuem *p-signature*⁷, portanto, não podem ser objeto de *conflation* com V°, ao menos que adquiram a *p-signature* através de *conflation* com seu complemento. Hale & Keyser (2002) asseveram, portanto, que as preposições, enquanto nós terminais na sintaxe, são fonologicamente indeterminadas. Os autores asseveram que a ausência de *p-signature* é uma característica de categorias funcionais como o tempo (T°). Essas categorias gramaticais são altamente dependentes do contexto morfológico, por essa razão, as preposições, embora possam ser tratadas como categorias lexicais, compartilhariam características com as categorias funcionais.

⁷ Segundo HALE & KEYSER, 2003, p. 62, a *p-signature* representa um conjunto de traços fonológicos, possivelmente um conjunto de traços matrizes (“a phonological feature set of some sort, possibly set of matrices features”).

Segundo Hale & Keyser (2002), sabe-se que, em algumas línguas, os elementos que mais se aproximam das preposições de Caso do inglês ou das posposições de Caso de línguas de núcleo final, são afixos que exibem uma dependência fonológica característica de certas categorias funcionais, sendo este o motivo pelo qual nunca são tratados como itens lexicais “cheios”. Assim, conforme predizem os autores, as adposições de Caso seriam semanticamente pobres, existindo, portanto, um traço de dependência em sua semântica. Concluem deste modo que, enquanto algumas classes de adposições têm um conteúdo semântico, outras classes (como as adposições de Caso) são semanticamente vazias, refletindo apenas uma simples relação.

Tomando por base essas considerações teóricas, ficamos em condições de postular como se dá a atribuição de papel temático ao DP complemento da posposição *tE*. Nessa linha de raciocínio, assumiremos⁸ que o argumento que apresenta as propriedades de {desencadeador /controle} é acarretado semanticamente pelo verbo, e não pela posposição. Concluimos que tal posposição é, na verdade, apenas de natureza funcional, uma vez que não confere qualquer função semântica a seu complemento. A posposição *tE*, segundo esse ponto de vista, deve ser entendida apenas como núcleo de um PP, cujo complemento é argumento de outro predicador. Sua função é, tão somente, a de atribuir Caso a este argumento, e não papel temático. Em vista disso, concluimos que o papel temático de **agente {desencadeador/controlador}** desempenhado pelos DPs complementos da posposição *tE*, é atribuído pelo núcleo de vP e não pela posposição cuja função única é atribuir Caso. O fato interessante que difere as línguas Jê analisadas da língua portuguesa é que, naquelas, a adposição figura enclítica a argumentos externos acarretados pelo verbo, enquanto no PB a adposição figura proclítica a argumentos em

⁸ BARCELOS SILVA, 2009 e DUARTE; BARCELOS SILVA, 2010, em fase de pré-publicação.

posição de complemento. Outra característica curiosa da posposição *tɛ* é que, além de licenciar o Caso oblíquo, também demonstra uma conexão direta com o papel temático de desencadeador com controle. Essa relação é tão interessante, que, por exemplo, no Apãniekrá, a posposição *tɛ* não aparecerá nas orações em que o sujeito não é agente, mesmo quando essas orações estiverem no passado simples. Vejamos os exemplos a seguir, em que o sujeito tem a propriedade semântica de ser afetado:

(30) *i-p-ĩ= kɔt*
 1-PR-carne= engordar
 ‘eu engordei’

(31) *i-p-ĩ= kutɔr*
 1-PR-carne= emagrecer
 ‘eu emagreci’

[Alves (2004, p. 99 e 100)]

Além disso, se o sujeito recebe do verbo o papel temático de experienciador, o argumento externo será seguido da posposição *mã*. Tal posposição em Apãniekrá tem contexto de ocorrência mais amplo, pois tem conexão direta com os sujeitos que recebem papel temático de experienciador, tanto em orações que apresentam o traço aspectual perfectivo (no tempo passado simples) quanto em orações que carregam traço aspectual imperfectivo, conforme mostram os dados a seguir:

(32) *i-mã h-ũpa*
 1-DAT 3-sentir medo
 ‘eu estou com medo dele’

(33) *Keha i-mã krí*
 FUT 1-DAT ter frio
 “eu vou ficar com frio”

(34) *i-mã krí*
 1-DAT ter frio
 “eu estou com frio”

(35) *jɛtkahi mã a-k ãn*
 jɛtkahi-DAT tu-sentir alegria
 ‘jɛtkahi gosta de você’ [lit: você dá alegria par jɛtkahi]

[Alves (2004, p. 56, 113 e 117)]

Em síntese, esses fatos dão sustentação adicional à nossa hipótese de que (i) a posposição *tE* não participa da atribuição de papel temático dos sujeitos das orações e (ii) os argumentos complementos de *tE* fazem parte da estrutura argumental dos verbos, embora tenham seu Caso abstrato valorado por essa posposição.

Nossa proposta de que o Caso ergativo nas línguas Jê analisadas corresponde a Caso estrutural valorado pela posposição *tE*, ganha força em vista da análise de Butt (2006) sobre o surgimento da ergatividade. Segundo a autora, dois fenômenos têm participação central na origem da ergatividade: a passivização e os possessivos. Com alicerce em autores como Benveniste (1952)⁹, Anderson (1977)¹⁰, Plank (1979)¹¹, Garret (1990)¹², Dixon (1994)¹³ e Harris & Campbell (1995)¹⁴, Butt (2002) salienta que o Caso ergativo teria surgido pela reinterpretação de um particípio da passiva como um verbo agentivo, o que, simultaneamente, também teria acarretado a reanálise do argumento agente da passiva (*oblique agent adjunct*) como um sujeito ergativo. De acordo com Butt (2002), podemos ilustrar a idéia básica a respeito da reanálise das passivas com o seguinte exemplo do Sânscrito:

(36)

- a) *ahir-r* *indr-ena* *ha-ta-h*
Serpent-NOM.SG Indra-INST.SG kill-PTCPL-NOM.SG
'The serpents has been killed by Indra
Actually: The serpent is one killed by Indra

⁹ BENVENISTE, E. La construction passive du parfait transitif. *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*. v. 55, 1952.

¹⁰ ANDERSON, S. R. On mechanisms by which Languages become Ergative. In. *Mechanisms of Language Change*. Austin TX: University of Texas Press. 1977, p. 317-363.

¹¹ PLANK, F. Ergativity, Syntactic Typology and Universal Grammar: some past and present viewpoints. In: *Ergativity: Towards a Theory of Grammatical Relations*. New York: Academic Press, 1979, p. 3-36.

¹² GARRET, A.. The Origin of NP Split Ergativity. *Language*. v. 66, p. 261-296. 1990.

¹³ DIXON, R.M.W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press. 1994.

¹⁴ HARRIS, A.; CAMPBELL, L. *Historical Syntax in Cross-Linguistic Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press. 1995

Reanalysed as:

- b) *ahir-r* *indr-ena* *ha-ta-h*
 serpent-NOM.SG Indra-ERG.SG kill-past
 ‘Indra has killed the serpent’

[Butt (2002, p. 180)]

A partir do exemplo (36a) observamos que a passiva em Sânscrito é formada pelo morfema *-ta*, que o argumento paciente recebe Caso nominativo e que o argumento agente é interpretado como um instrumental (Caso oblíquo). Ao longo do tempo, entretanto, essa construção foi reanalisada como uma construção ativa, e o argumento agente, anteriormente considerado um instrumental, passa a ser interpretado como sujeito ergativo, é o que mostra a construção em (36b).

De acordo com Butt (2002), a reanálise no que diz respeito aos possessivos teria ocorrido de forma similar. No intuito de demonstrar seus argumentos, a autora apresenta os seguintes exemplos do Persa antigo:

- (37) a) *ima* *tya* *mana* *kartam*
 That which 1.SG.GEN do.PTCPL

 pasava *yaθa* *xsayaθiya* *abavam*
 after when king become.Past.1.SG
 ‘This (is) that (which) was done by me after I became a King’
 Reanalysed as: ‘I did that after I became a king’

- b) *avaθ=sam* *hamaranam* *kartam*
 thus=3.PL.ERG battle do.PTCPL
 ‘Thus by them was done’
 Reanalysed as: ‘Thus they did battle’

[Butt(2002, p. 181)]

Em análise aos dados, a autora afirma que o argumento agente em (37a), novamente realizado como um oblíquo (dessa vez, no entanto, como um genitivo possessivo), após a reanálise passa a ser interpretado como um sujeito ergativo.

Butt (2002) salienta, enfim, que o surgimento do Caso ergativo estaria relacionado a uma alteração ou uma mudança de alinhamento entre relações gramaticais e marcação de Caso.

Como vimos, os argumentos de Butt (2002) dão respaldo à hipótese que defendemos. Procuramos mostrar a partir da análise das construções ergativas das línguas Jê, que o aparecimento de uma posposição enclítica aos sujeitos agentes não parece ser trivial. Além de uma motivação diacrônica, conforme demonstra Butt (2002), vimos, ao longo dessa seção, uma série de razões sintáticas que justificam a inserção da posposição *tE* nos referidos contextos, bem como sua participação na valoração do Caso (oblíquo) dos argumentos externos.

Nessa linha de raciocínio, no que diz respeito à atribuição de papel temático ao DP complemento da posposição *tE*, assumiremos¹⁵ que o argumento que apresenta as propriedades de {desencadeador /controle} é acarretado semanticamente pelo verbo, e não pela posposição. A posposição *tE*, segundo esse ponto de vista, deve ser entendida apenas como núcleo de um PP, cujo complemento é argumento de outro predicador. Sua função é, tão somente, a de atribuir Caso a este argumento, e não papel temático. Em vista disso, concluímos que o papel temático de **agente {desencadeador/controler}** desempenhado pelos DPs complementos da posposição *tE*, é atribuído pelo núcleo de vP e não pela posposição cuja função única é atribuir Caso.

Em síntese, esses fatos dão sustentação adicional à nossa hipótese de que (i) a posposição *tE* não participa da atribuição de papel temático dos sujeitos das orações e (ii) os argumentos complementos de *tE* fazem parte da estrutura argumental dos verbos, embora tenham seu Caso abstrato valorado por essa posposição.

¹⁵ BARCELOS SILVA, 2009 e DUARTE; BARCELOS SILVA, 2010, em fase de pré-publicação.

4. CONCLUSÃO

Procuramos mostrar a partir da análise das construções ergativas de línguas do tronco lingüístico Macro-Jê, que o aparecimento de uma posposição enclítica aos sujeitos agentes não parece ser trivial. Vimos, ao longo dessa apresentação, uma série de razões sintáticas que justificam a inserção da posposição *tɛ* nos referidos contextos, bem como sua participação na valoração do Caso (oblíquo) dos argumentos externos.

Em sendo assim, diferentemente da proposta de Woolford (1997, 2006) segundo a qual os argumentos agentes em construções transitivas no padrão é ergativo/absolutivas têm seu Caso valorado inerentemente, assumimos que, em línguas Jê, uma posposição funcional (*tɛ*) é inserida na derivação para valorar Caso **oblíquo** dos sujeitos de verbos de ação. Postulamos que, uma das possíveis razões para o Caso oblíquo ser atribuído aos referidos argumentos pode estar diretamente conectada com a natureza morfossintática do núcleo T^o. Por fim, destacamos que a posposição *tɛ* não é responsável pela atribuição de papel temático aos sujeitos das construções ergativas, esses argumentos recebem o papel temático de **agente** {desencadeador/controle} dos verbos que os selecionam semanticamente.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. C. Aspectos da Ergatividade Cindida em Apãniekrá. *Línguas Jê: estudos vários*. Londrina: Ed UEL, 2002. p. 83 a 93.

_____. *O Timbira falado pelos Canela Apãniekrá: uma contribuição aos Estudos da morfossintaxe de uma língua Jê*. 177f. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

BARCELOS SILVA, I. M. Estatuto da posposição "te" valoração de Caso ergativo e realização do papel temático em Timbira-Apãniekrá. In: Silvia Lucia Bigonjal Braggio; Sinval Martins de Sousa Filho (Org.). *Línguas e Culturas Macro-Jê*. 1 ed. Goiânia: Gráfica e Editora Vieira, 2009, p. 15-348.

_____. *Do Caso ergativo em Canela-Apãniekrá*. Manuscrito. Faculdade de Letras. UFMG. Belo Horizonte. 2008.

Campos, Carlo Sandro. *Morfofonêmica e morfossintaxe do Maxacali*, 307 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras. UFMG, Belo Horizonte, 2009.

CANÇADO, M. Argumentos: Complementos e Adjuntos. *ALFA – Revista de Lingüística*, volume 53, número 1, 2009

DUARTE, F.B. Fonte de valoração do Caso ergativo e do Caso absoluto em línguas indígenas brasileiras. *Revista Lingüística*, volume 4, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008

DUARTE, F.B; BARCELOS SILVA, I.M. Natureza do Caso ergativo e dativo em línguas Jê e suas consequências para a teoria de Caso. *Revista de Estudos da Linguagem*. UFMG. 2010 em fase de pré-publicação.

HALE. K; KEYSER, J. “On argument structure and the lexical expression of syntactic relations.” In: HALE. K; KEYSER (eds.) *The View from Building 20: A Festschrift for Sylvain Bromberger*. MIT Press. 1993. p. 53-108.

_____. *A prolegomenon to a theory on argument structure*. Cambridge: MIT Press. 2002.

OLIVEIRA, C.O. *The language of the Apinajé People of Central Brazil* 430f. Tese.(Doutorado). Department of Linguistics and the Graduate School of University of Oregon. Oregon, 2005.

MCLEOD, R.; MITCHELL, V. *Aspectos da lingua Xavante*, Brasília, SIL, 1977.

WOOLFORD, E. *Four-way Case Systems: Ergative, Nominative, Objective and Accusative*. *Natural Language and Linguistic Theory* 15: 181-227, 1997.

_____. *Lexical Case, Inherent Case, and Argument Structure*. MIT: *Linguistic Inquiry*. Cambridge: MIT Press, vol 37, numer 1, Winter 2006